

ID: 114354884

ORÇAMENTO
DO ESTADOPROPOSTA DO ORÇAMENTO
"AQUÉM DAS NECESSIDADES"

A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025 FOI APROVADA NA GENERALIDADE, COM A ABSTENÇÃO DO PS. O DIPLOMA ESTÁ AGORA EM PERÍODO DE DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE, COM A VOTAÇÃO FINAL AGENDADA PARA DIA 29 DE NOVEMBRO. OS ESPECIALISTAS ACREDITAM NA SUA APROVAÇÃO, MAS FALAM DE UM ORÇAMENTO "POUCO VIRADO PARA AS EMPRESAS"

Redução da taxa do IRC, aumentos salariais, incentivos à re-capitalização das empresas, IRS alargado, atualização das pensões, fim das portagens e redução do IVA na eletricidade são algumas das medidas previstas para o Orçamento do Estado (OE) de 2025. O documento já foi aprovado na generalidade, com abstenção do Partido Socialista (PS), estando agora no período de discussão da especialidade.

Com este orçamento, o Governo liderado por Luís Montenegro pretende baixar os impostos para as famílias, para os jovens e para as empresas e também reforçar os rendimentos dos pensionistas.

Apesar de a aprovação do documento estar bem encaminhada, a verdade é que, para os especialistas, a proposta fica "aquém das necessidades", sobretudo para as empresas. Para Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), é um OE "muito contido e prudente, que não apresenta novidades de maior".

No entender da bastonária, "é um orçamento pouco virado para as empresas", admitindo que, "para além da redução da taxa de IRC em apenas 1%, propõem-se pequenos acertos à tributação autónoma na utilização de viaturas e também a melhoria do acesso a benefícios fiscais".

Ainda sobre a descida da taxa do IRC,

Paula Franco defende que "é uma medida essencial para a competitividade das empresas e para a economia em geral", mas não esconde que "poderia ter-se ido mais longe", nomeadamente com a "redução substancial da carga fiscal que permitiria, por exemplo, canalizar essa poupança para a valorização salarial".

Para Paula Franco, "o que foi proposto fica aquém do desejável", isto porque "continuamos a ter as taxas nominais e efetivas de IRC mais altas da União Europeia. Não ir mais longe obriga a financiar a valorização salarial à custa da redução da remuneração do capital, já que será difícil conseguir aumentar a produtividade num contexto de escassez de mão de obra, com carência de matérias-primas e com um contexto geopolítico instável".

"Para mim, o ideal seria uma descida de dois por cento no IRC. Só assim as empresas portuguesas conseguirão, de forma sustentada, aumentar salários e também os seus investimentos", afirma a bastonária, mostrando-se apreensiva com o excedente orçamental de 0,3% previsto para 2025. "Creio que as medidas da proposta do OE2025 não são significativas para ajudar neste crescimento, o que se irá refletir, certamente, no investimento das empresas", vinca. Além disso, Paula Franco caracteriza o excesso de burocracia como "um entrave à dinâmica empresarial e económica do país".

"Nos últimos anos, têm havido alguns esforços para agilizar determinados processos em que as empresas são intervenientes, mas os bloqueios pela via burocrática ainda são excessivos, prejudicando as empresas nacionais, e até muitas de capital estrangeiro, que pretendem investir cá. Este é, definitivamente, um dos muitos desígnios nacionais que continuam por cumprir", lamenta.

Paula Franco entende, também, que "a discussão em torno do IRS Jovem e do IRC polarizou, excessivamente, o debate político, tirando o foco do essencial", entendendo que "algumas situações deveriam ter sido acauteladas", exemplificando com o setor da construção civil, onde "há muitos negócios completamente parados a aguardar pelo IVA reduzido" e realça o facto de "o Governo não ter pegado numa contraproposta do PS que, na minha opinião, era interessante, a recuperação do CFEl (Crédito Fiscal Extraordinário de Investimento), que foi um dos benefícios fiscais mais utilizados pelas empresas portuguesas. Foi, no meu entender, uma oportunidade perdida".

"FALTA AMBIÇÃO"

Do lado dos economistas, o orçamento tem "falta de ambição". Segundo Óscar Afonso, diretor da FEP (Faculdade de Economia do Porto), a proposta apre-



sentada é "equilibrada, face às circunstâncias, e é compatível com as novas regras orçamentais europeias, como atesta o Conselho de Finanças Públicas". Contudo, "falta maior ambição no corte do IRC".

"Considero preferível uma redução transversal mais forte, com maior impacto no estímulo do crescimento económico", afirma Óscar Afonso, acrescentando que "era fundamental algum entendimento com o principal partido da oposição para procurar viabilizar o orçamento, caso contrário, ir a eleições só prejudicaria o país, pois, certamente, perderíamos fundos do PRR".

No entender do diretor da FEP, que é natural de Miranda do Douro, as medidas apresentadas "não são suficientes", admitindo faltar, entre outras coisas, "uma verdadeira reforma do Estado e um aprofundamento do processo de descentralização e da coesão territorial". Ao nível do IRS Jovem, "considero a medida desfocada e mal calibrada", admitindo que "a eliminação do 12º ano

É um orçamento muito contido, prudente e pouco virado para as empresas"

PAULA FRANCO
BASTONÁRIA OCC

A proposta do OE 2025 é equilibrada, mas falta ambição no corte do IRC"

ÓSCAR AFONSO
DIRETOR DA FEP

como critério mínimo de acesso ao IRS Jovem parece-me um erro grave, pois incentiva o início da vida ativa sem a escolaridade mínima".

Do lado das empresas, Óscar Afonso destaca "a redução do IRC, o reforço da dedução à coleta para empresas que aumentem salários e a redução de tributações autónomas". Mas o economista vai mais longe, admitindo que "o IRC devia começar por eliminar a derrama estadual, cuja progressividade prejudica mais a atração de investimen-

to estruturante". E lembra que "o nosso sistema fiscal é o quarto menos atrativo da OCDE, segundo a Tax Foundation, o que penaliza a atração e retenção de talento e investimento".

Tal como a bastonária da OCC, também Óscar Afonso defende que "a redução do IRC em 2% seria melhor". Apesar de tudo, o economista, e diretor da FEP, mostra-se "confiante" com a aprovação do OE2025.

A decisão final será conhecida a 29 de novembro.